

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 1h5z3nkv SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 13/05/2020 Projeto de lei nº 434/2020 Protocolo nº 2917/2020 Processo nº 679/2020	
Autor: Dep. Dr. Gimenez		

Institui o Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, e dá outras providências.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SETASC, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT, o Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, cuja finalidade é possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação – CNH nas categorias A, B e AB e, na hipótese de nova classificação, às categorias C e D, compreendendo-se:

- I. Dispensa do pagamento das taxas relativas aos exames de aptidão física e mental;
- II. Avaliação psicológica;
- III. Licença de aprendizagem de direção veicular;
- IV. Custos de confecção da CNH;
- V. Realização dos cursos teórico-técnico e de prática de direção veicular.

Art. 2º Poderão candidatar-se ao benefício proporcionado pelo Programa de que trata a presente Lei aqueles que se enquadrarem em uma das seguintes situações:

- I. Pessoas com renda familiar mensal igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos, que comprovem nunca haver tido experiência formal junto ao mercado de trabalho ou que estejam desempregadas;

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

II. Beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;

III. Alunos matriculados na rede pública de ensino ou que os tenham concluído no intervalo de 01 (um) ano, bem como aqueles participantes de programas especiais por distorções de idade/série e que comprovem bom desempenho escolar;

IV. Agricultores e agricultoras familiares, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

V. Pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário, de acordo com os requisitos estabelecidos em Portaria editada pela Presidência do DETRAN/MT e SEJUD/MT.

Art. 3º O candidato à obtenção do benefício da gratuidade previsto nesta Lei deverá preencher os seguintes requisitos:

I. Ser penalmente imputável;

II. Ser alfabetizado;

III. Possuir Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV. Comprovar domicílio no Estado de Mato Grosso;

V. Não estar judicialmente impedido de possuir a Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

Art. 4º Para a obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação – CNH ou para a classificação nas categorias C e D, o candidato deverá submeter-se a realização de:

I. Avaliação psicológica;

II. Exame de aptidão física e mental;

III. Exame escrito sobre a integralidade do conteúdo programático desenvolvido em curso de formação para condutores;

IV. Exame de direção veicular, realizado pelo DETRAN/MT, em veículo na categoria pretendida.

Parágrafo único. O candidato reprovado nos exames teórico-técnico, prática de direção veicular e de aptidão física e mental, poderá renová-los, uma única vez, sem qualquer ônus.

Art. 5º O Estado de Mato Grosso, através do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT, arcará com as despesas relativas aos cursos teórico-técnico e de prática de direção veicular, ministrados pelos Centros de Formação de Condutores e/ou pela Escola Pública de Trânsito – EPT, criada por Decreto específico, em conformidade com o artigo 74, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o DETRAN/MT poderá celebrar convênios e outros instrumentos congêneres com as entidades representativas dos Centros de Formação de Condutores – CFCs, bem como com Instituições de Ensino, Órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, além de Organizações Não

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Governamentais, podendo, para tanto, utilizar recursos orçamentários próprios, de outras fontes ou oriundo de convênios específicos.

Art. 6º A concessão dos benefícios a que se refere esta Lei não exige o beneficiário da realização de todos os exames necessários e indispensáveis para a habilitação na categoria pretendida, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 7º O disposto nesta Lei não se aplica às pessoas que tenham cometido crimes na condução de veículo automotor, previstos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, com sentença penal condenatória transitada em julgado.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução do Programa ora instituído correrão à conta de recursos a serem repassados ao DETRAN/MT pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso – SEFAZ/MT, através da ação "Programa de Apoio ao Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, cuja finalidade é possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação – CNH”.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada de acordo com o art. 38-A da Constituição do Estado de Mato Grosso..

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente Projeto de Lei é criar no âmbito do Estado, junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN/MT, o Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores – CNH Popular, cuja finalidade é possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação – CNH, nas categorias A, B e na hipótese de nova classificação, à categoria D, compreendendo-se a isenção do pagamento dos serviços e taxas relativas à, aos exames de aptidão física e mental; avaliação psicológica; licença de aprendizagem de direção veicular; custos de confecção da CNH; realização dos cursos teórico técnico e de prática de direção veicular.

O programa aqui proposto já existe em outros Estados da Federação, à exemplo de Pernambuco e desde a sua implantação em 2008, o programa CNH Popular já beneficiou aproximadamente 100 mil pessoas que obtiveram a sua CNH gratuitamente, proporcionando-lhes a busca por trabalho e renda, com este tão importante documento.

Neste momento de pandemia em que estamos vivendo, o desemprego está aumentando, temos um cenário de recessão e entendemos que este programa, não afetará as contas públicas do Estado, mas trará muitos benefícios a muitas pessoas, como agricultores familiares, que necessitam ir e vir do campo a cidade com seus produtos e são moradores de áreas distantes dos centros urbanos, que por vezes dependem exclusivamente de transporte alternativo sem regularidade de viagens e horários, obterem a carteira de habilitação, gerando independência e

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

dignidade a esses beneficiários.

Em face dos argumentos supramencionados, entendemos que essa seja uma medida de grande relevância social, e por esta razão apresento o presente projeto, contando desde já, com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 11 de Maio de 2020

Dr. Gimenez
Deputado Estadual